

ENSINO DE CONTEÚDOS DAS CIÊNCIAS HUMANAS E A PRÁTICA DA DEMOCRACIA NO ENSINO MÉDIO: A EXPERIÊNCIA DO FORUM DE DISCUSSÃO ESTUDANTIL (FDE)

José Geraldo Alberto Bertoncini Poker

Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp, campus de Marília. jgpoker@marilia.unesp.br

Resumo:

O Fórum de Discussão Estudantil é uma atividade realizada desde 2009 pelo Grupo de estudo e pesquisa em Organizações Internacionais (GEO), vinculado à Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, campus de Marília. O Fórum consiste na promoção de simulações de reuniões que ocorrem no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA). As simulações são dirigidas a estudantes do ensino médio, frequentadores de escolas da rede pública no município de Marília-SP. Mediante o auxílio de professores de História, Geografia, Sociologia e Filosofia que trabalham nas escolas, os alunos do ensino médio são convidados a atuar como delegados dos países membros da OEA, debatendo e propondo soluções para problemas que afetam o continente por meio de relações democráticas, notadamente aqueles vinculados às problemáticas dos Direitos Humanos, ambiente e sustentabilidade. Para que consigam participar das simulações, os estudantes do ensino médio recebem capacitação de alunos do curso de graduação em Relações Internacionais da FFC-Unesp, que por sua vez são orientados por alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da mesma Unidade.

Palavras-chave: ensino, simulação, Direitos Humanos, OEA, democracia.

Introdução

Para que se consiga compreender no que consiste a experiência dos Fóruns de Discussão Estudantil, antes há que se conhecer brevemente alguns aspectos da história e trajetória do Grupo de Estudos e Pesquisa em Organizações Internacionais da FFC-Unesp, campus de Marília-SP (GEO-Unesp). Trata-se de um grupo criado em meados de 2008, por iniciativa de 13 alunos do curso de Relações Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp.

Embora o GEO tenha sido criado originalmente pela iniciativa de alunos, a gestão do grupo é feita de maneira compartilhada entre duas coordenadorias, uma exercida por alunos e outra exercida por um docente, de forma que cada uma delas tem uma área própria e demarcada de atuação. Há a coordenadoria geral discente e o secretariado, que são cargos eletivos com mandato de um ano, e são responsáveis pela administração dos recursos humanos e materiais, pela elaboração e execução de todas as atividades, incluindo o Fórum de Discussão Estudantil (FDE). A coordenadoria geral docente, exercida por um docente convidado pelo grupo de alunos, sem mandato fixo, cuida de orientar as atividades de estudo, pesquisa e extensão, que além de incumbir-

se da elaboração dos planejamentos estratégicos, do envio de projetos para agências de fomento, também é responsável pela vinculação institucional do GEO.

Com esta estrutura, o grupo que foi criado com o propósito de promover atividades de estudo, mudou seu formato em 2010, ano em que o grupo foi registrado no CNPq e reconhecido pela Unesp como um grupo de pesquisa. A partir deste momento, a realização de pesquisas tornou-se também uma das preocupações do GEO, de maneira que os integrantes do grupo passaram a ser permanentemente incentivados a desenvolver projetos de pesquisa no âmbito das Organizações Internacionais e áreas afins.

A idéia de realizar simulações surgiu ainda em 2008, e em 2009 os integrantes do grupo escolheram a Organização dos Estados Americanos (OEA) para compor o modelo das simulações, modelo este que permanece ainda hoje. O objetivo a ser alcançado pelas simulações era o de oferecer atividades de formação profissional para os graduandos, que era identificado pelos alunos como um *ponto fraco* no curso de Relações Internacionais da FFC-Unesp.

Grosso modo, simulações consistem em imitações de situações previstas dentro de um modelo construído, que simplifica a situação prática tal como ocorre empiricamente. Nas simulações, quando o modelo é bem construído, ocorre uma experimentação *artificial*, mas que antecipa os resultados de uma eventual situação fática, mediante o que se pode observar os limites e possibilidades do que se pretende fazer, avaliando os prováveis resultados e conseqüências de determinada ação, dentro de um conjunto de variáveis controladas. Desta forma, simulações podem ser recursos utilizados em várias áreas do conhecimento científico, seja para calcular riscos, prevendo possíveis resultados e conseqüências de ação de medicamentos ou outras substâncias em organismos, para auxiliar na formulação de cálculos estratégicos de atores econômicos e políticos, ou ainda para elaborar previsões, inclusive das condições climáticas de todos os dias.

Na Educação, simulações podem ser consideradas como recursos importantes na formação de alunos, sobretudo porque por meio delas os alunos conseguem vivenciar situações práticas, avaliando os próprios potenciais e aptidões quando atuam enfrentando os prováveis desafios presentes no exercício profissional. Nos cursos de Direito, por exemplo, são comuns a realização de *simulações de júri*. Nelas, os alunos de Direito podem vislumbrar as várias formas de atuação que o exercício profissional lhes oferece: podem eles atuar como juízes, promotores, advogados, delegados etc.

Em relação ao ensino de Direito, o uso da *simulação* como estratégia didática se deu pela adoção de modelos consolidados na escola anglo-saxã. Tais formas de ensino consistem em

aproximar o discente da prática, deixando de lado sua condição de mero espectador, e para isso, os cursos de Direito foram buscar nas escolas de língua inglesa as metodologias do *Role-Play*, *Moot Court Exercises* (MELHORN JR, 1995), e finalmente as *simulações*. Deste modo, o ensino jurídico conseguiu colocar situações-problema de forma prática aos seus graduandos, dando grande destaque às *simulações*, conforme demonstram os estudos de Sica (2011), Andrade (2014), Berbel (1998) e Ribeiro Filho (2008).

Em que pese a pouca quantidade, sobretudo se observada dentro do contexto em que se encontra a produção teórica sobre metodologia de ensino, em especial o ensino superior, chama à atenção a escassa quantidade de informações sobre o ensino na área de Relações Internacionais no Brasil. Talvez isso decorra de alguns fatores: o ineditismo do curso em território nacional, sendo o primeiro curso criado em 1973, frente a áreas mais consolidadas no país e a ausência de uma matriz curricular padronizada. No entanto, embora a área das Relações Internacionais seja recente e relativamente pouco conhecida, é importante denunciar e criticar sua precária e até mesmo ausente literatura pedagógica.

Na medida em que há uma expansão dos cursos de Relações Internacionais no Brasil – atualmente o país conta com algo em torno de 120 cursos - faz-se necessária a ampliação dos estudos pedagógicos desta graduação, de forma a obter um melhoramento do ensino, proporcionando o desenvolvimento das competências mínimas exigidas para o futuro profissional que atuará na área. Empregando tais parâmetros, há que se notar que um dos objetivos norteadores do curso de Relações Internacionais é a ênfase na interdisciplinaridade.

No que tange a aproveitar o que vem sendo feito em termos didáticos em outras áreas e disciplinas, algumas áreas de conhecimento tem buscado alinhar seus discentes nesse caminho e, para isso, as áreas vem investindo em modelos como o *PBL* (Problem Based Learning) nas ciências da saúde, com destaque para o curso de medicina, como demonstra o estudo feito por Gomes et alii (2009). Segundo Oliveira (2014), há também o *treinamento simulado*, muito utilizado em áreas como a enfermagem e a fisioterapia. Nestas metodologias de ensino, as simulações são utilizadas com o intuito de habituar os estudantes a práticas de atuação que se aproximam do fato real profissional, ampliando a aprendizagem prática e a capacidade do discente em lidar com situações-problema.

A respeito das ciências humanas, na grande área em que se localiza o conhecimento produzido no âmbito das Relações Internacionais, o ensino participativo caminha com mais

dificuldade e lentidão, pois o ensino superior brasileiro em humanidades parece apresentar pouca preocupação com o aspecto prático do currículo.

No caso das simulações oferecidas pelo GEO, foi planejada e realizada no período de 1 a 5/6/2009 a primeira edição do Fórum de Discussão Universitário (FDU), a primeira experiência de simulação do grupo. Naquele evento, 24 alunos do curso de Relações Internacionais da Unidade atuaram como delegados dos países membros da OEA, e debateram o tema *Os desafios da Segurança Hemisférica: O terrorismo, as Farc e as crises colombianas*.

Logo em seguida à primeira simulação dirigida aos alunos do curso de Relações Internacionais, os integrantes do GEO começaram a planejar a realização de uma simulação apropriada para os estudantes do ensino médio. Foi assim que surgiu o projeto que se concretizou na execução do primeiro Fórum de Discussão Estudantil (FDE) no período de 15 a 17/10/2009, nas dependências do colégio Cristo Rei, uma escola particular de Marília. O evento contou com a participação de 40 estudantes de ensino médio, que atuaram como delegados divididos em 2 comitês, debatendo respectivamente os temas: *Crise política na Bolívia e o papel da OEA na proteção à democracia na América: o governo Morales, a nova Constituição e o combate à corrupção* e, *Rediscutindo regionalmente o papel das forças de paz no Haiti: o desenvolvimento socioeconômico e a atuação da MINUSTAH* (Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti).

Gradativamente, as simulações se transformaram em objeto de pesquisa pelo grupo. O GEO fora idealizado para realizar atividades circunscritas ao domínio conceitual das Relações Internacionais, se estendendo no máximo até algumas incursões pelo terreno ampliado das Ciências Sociais. O primeiro impacto da pesquisa sobre as simulações foi observado com a introdução de questões próprias ao campo da Educação na agenda das preocupações do grupo. Palavras e expressões diferentes das habituais começaram a freqüentar o vocabulário das reuniões, e pouco a pouco os integrantes do GEO se debruçaram a analisar a atuação do grupo utilizando conceitos como *metodologia de ensino, metodologia de avaliação, aprendizagem, desenvolvimento cognitivo*, entre muitas outras novidades.

Decorrente do primeiro impacto, a segunda modificação feita na realização das simulações se refere à pretensão de apresentá-las como estratégia para propor mudanças no ensino, de maneira a favorecer a aprendizagem de conteúdos nos cursos de graduação em Relações Internacionais, e no ensino de disciplinas vinculadas às ciências humanas, na forma como são oferecidas nas escolas, abrangendo, sobretudo, os conteúdos disciplinares de Sociologia, Geografia, História e Filosofia.

Visando atender às exigências próprias de uma preocupação didática, os integrantes do GEO começaram a atentar para a importância das formas de *execução* das simulações, observando a influência direta que a execução das atividades exerce na aprendizagem e no desenvolvimento de capacidades e aptidões dentro de um processo educacional qualquer. Nesse sentido, buscou-se melhorar a exposição das regras e regulamentos para os debates, e ao mesmo tempo aumentar o cuidado na preparação do ambiente de realização das simulações, de maneira que fossem os mais parecidos possíveis com os ambientes de relações a serem simulados.

Seguindo a preocupação com a *execução*, veio a ênfase nas situações propícias e necessárias à prática de *avaliação* das simulações. A avaliação de todas as ações se tornou algo importante para o GEO, de forma que o grupo começou a se preocupar não apenas a se dedicar a avaliar o que se faz, mas a produzir e a desenvolver os próprios *critérios* por meio dos quais se deve avaliar as ações, de maneira a fazer das avaliações as oportunidades de observar os graus de coerência entre os objetivos, os métodos e os resultados projetados para cada simulação. Ao mesmo tempo, à medida que foram sistematicamente praticadas, as avaliações começaram a contribuir com a racionalização e o desenvolvimento do modelo das simulações, na direção de poderem ser elas apresentadas como *inovações* no ensino de conteúdos de Relações Internacionais.

Dentro das atividades de avaliação, em 2015 foi proposto um projeto de pesquisa intitulado *A simulação como estratégia de ensino na área de Relações Internacionais: o caso do Fórum de Discussão Universitário*. Entre outros objetivos, este projeto visa acompanhar os alunos de graduação participantes do Fórum de Discussão Universitário, com o intuito de obter deles análises sobre a provável influência da participação nas simulações promovidas pelo GEO no processo de formação na área de Relações Internacionais.

Metodologia

No FDE, são simuladas reuniões e sessões na forma como ocorrem na Organização dos Estados Americanos (OEA). A OEA é uma organização internacional criada em 1948, e atualmente congrega 35 países membros, todos eles localizados no continente americano. Nas simulações, estudantes e professores do ensino médio de escolas da rede estadual e particular de ensino do município de Marília, são convidados a atuar como delegados dos países membros, debatendo e propondo soluções para problemas que afetam o continente, notadamente aqueles vinculados aos temas Direitos Humanos, ambiente e sustentabilidade.

Além disso, nas simulações da OEA, todos os participantes podem vislumbrar os limites e possibilidades da cooperação e do multilateralismo no âmbito internacional, e conhecer as formas pelas quais se pode equacionar e buscar soluções para conflitos mediante a linguagem dos Direitos Humanos, inserida em práticas democráticas deliberativas.

Depois dos primeiros anos de estudo e aperfeiçoamento das simulações, o Fórum de Discussão Estudantil (FDE) adquiriu a forma atual. Trata-se de um projeto de extensão que consiste em oferecer a professores e alunos do ensino médio das redes pública e particular de ensino, a oportunidade de participar de simulações. Mediante a participação nas simulações, pretende-se que os alunos do ensino médio sejam capazes de conhecer os meandros do espaço político de uma organização internacional; de avaliar criticamente os limites e possibilidades da cooperação internacional quanto à efetivação dos direitos humanos e proteção ambiental e, por fim conhecer algumas possibilidades de atuação profissional no âmbito das Relações Internacionais.

Quanto aos professores que são envolvidos no projeto, pretende-se que conheçam a metodologia da simulação e se tornem aptos a utilizarem as simulações como recurso inovador para o ensino de conteúdos nas disciplinas Sociologia, História, Filosofia e Geografia, como já fora mencionado.

A execução do FDE tem início com o envio de convites via e-mail ou telefone para todas as escolas públicas e particulares de ensino médio do município de Marília. As escolas que manifestam interesse em participar do projeto, são visitadas pelos membros do GEO. Tais visitas são feitas no começo de cada ano com o intuito de conversar e explicar para os diretores, coordenadores e professores a proposta do projeto. Em seguida às visitas iniciais, são sorteadas 8 escolas para compor o Projeto.

Tão logo haja a oficialização da participação no projeto, os alunos do GEO começam a realizar as chamadas *mini-simulações* nas escolas. As mini simulações são situações que duram entre 20 e 30 minutos, em torno do debate de um tema da área de Relações Internacionais, previamente escolhido pelos alunos do GEO. Elas são realizadas nas salas de aula dos alunos dos segundos e terceiros anos do ensino médio, com a presença de seus professores das áreas de interesse, ou seja, das disciplinas de História, Geografia, Sociologia e Filosofia.

O propósito das mini-simulações é o de demonstrar na prática o que são as simulações e como elas podem ser feitas. Findo o período de execução das mini-simulações nas escolas abrangidas pelo Projeto, começa-se a preparar o Fórum de Discussão propriamente dito, que consiste na realização de uma única simulação mais prolongada e mais complexa, com a duração de

três dias, na qual se tenta aproximar o máximo possível da situação real vivida pelos delegados de países-membros que debatem problemas do continente americano nas reuniões, sessões e assembleias, tal como ocorrem na OEA. Os alunos e professores das escolas participantes são então convidados para atuarem como delegados neste Fórum, que acontece uma vez ao ano.

Para participar do Fórum, alunos e professores do ensino médio precisam se inscrever previamente, seguindo as instruções divulgadas pelo GEO. Conforme a quantidade de inscritos, o GEO divide e designa os participantes em delegações, compondo os comitês da OEA a serem simulados.

Terminada a execução de todas as tarefas de organização, de preparação dos guias de estudo que irão nortear a atuação das delegações, começa efetivamente o Fórum de Discussão Estudantil. O FDE tem início numa seção de abertura, que consiste na apresentação das coordenadorias discente e docente do GEO, seguida de palestras de especialistas convidados para tratar dos temas a serem simulados pelos comitês, culminando na apresentação dos guias de estudo e revisão das regras que deverão regulamentar a atuação das delegações e delegados. Os *guias de estudo* produzidos pelo GEO para as edições do FDE podem ser obtidos na íntegra mediante acesso ao endereço eletrônico <http://geoforuns.blogspot.com.br/p/guias.html>.

No dia seguinte à abertura, ocorrem as seções de debates. Os debates dos delegados nos comitês, quer dizer, dos estudantes e professores do ensino médio, devem produzir os subsídios para a elaboração de uma *resolução*, cuja produção fica a cargo da Assembleia Geral da OEA, simulada para finalizar o Fórum. Na *resolução*, tal como ocorre na situação real, estão presentes as propostas e metas para solução dos problemas contidos nos temas debatidos nos comitês.

Encerrada a Assembleia Geral com a aprovação da *resolução*, é realizada a seção de avaliação do Fórum, momento este em que a palavra é aberta pela coordenação a todos os participantes para que se manifestem, requerendo deles a apreciação e o posicionamento a respeito do evento, cuja edição anual chegara ao fim. É com base nesta avaliação que os integrantes do GEO retiram os subsídios para identificação e correção de falhas, que depois são utilizados no aperfeiçoamento do Projeto, juntamente com os resultados das reflexões e estudos teóricos sobre as simulações, que também ocorrem todos os anos.

O Projeto do Fórum de Discussão Estudantil tem como sustentação teórica e epistemológica um agrupamento coerente de conhecimentos produzidos nas áreas da Educação, Filosofia e Sociologia. Trata-se da tentativa de aplicação das teorias elaboradas por Paulo Freire, J. Dewey, J. Piaget e J. Habermas. Em cada um destes autores, foram buscados os subsídios para



formulação do conceito de aprendizagem significativa. Por aprendizagem significativa deve ser compreendido aquele conhecimento resultante do esforço realizado pelo próprio sujeito para superar problemas práticos, evocando as teorias das quais supostamente já tenha domínio conceitual, numa situação de cooperação e de relacionamento democrático com outros sujeitos, envolvidos pelo mesmo objetivo. Tal experiência de aprendizagem exige, necessariamente, que todos os sujeitos participantes sejam efetivamente os protagonistas autônomos do ato de aprender, e assim se tornam à medida que se associam livremente a outros sujeitos que tem a mesma finalidade, debruçando-se todos a enfrentar desafios auto-estabelecidos com o objetivo de produzir conhecimentos inovadores ou alternativos àqueles existentes. Nesta experiência de conhecer, desenvolve-se a capacidade crítica em vários níveis.

Neste ponto, cabe uma explicação. As simulações da OEA, na forma como promovidas pelo GEO, esmeram-se ano após ano, em defender a causa de que urge a necessidade de buscar soluções pacíficas para conflitos, e que as soluções pacíficas devem ser equacionadas e implementadas mediante o referencial crítico-normativo dos Direitos Humanos. A referência utilizada pelo GEO na promoção das simulações faz coro com as teorias filosóficas e sociológicas contemporâneas, que têm se empenhado em esclarecer as contradições, os fundamentos, a função e os mecanismos de regulação e legitimação dos direitos fundamentais, e que ganharam destaque internacional após a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. A perspectiva de que os indivíduos possuem direitos pelo simples fato de serem considerados *humanos* passou a representar a maior expressão do processo de *emancipação da humanidade*.

Nessa nova perspectiva, os *direitos* aparecem, preferencialmente, como elementos de discurso essenciais para garantia das necessidades humanas mais elementares, em torno de um vasto campo de direitos nos âmbitos individuais, sociais, civis e políticos, desarticulados, portanto, das bases tradicionais e irracionais. (HABERMAS, 1983, p.61).

Nas simulações realizadas pelo GEO, os Direitos Humanos são considerados simultaneamente como *lógica e linguagem* de relações sociais, que ocorrem tanto dentro quanto fora do alcance da regulação estatal. É desta maneira que se pode sustentar a legitimidade dos Direitos Humanos também na condição de constituir-se como mediação conceitual para caracterizar e expressar situações de violência às quais eventualmente encontram-se submetidos os participantes em determinadas relações sociais. Por meio e com base no referencial dos Direitos Humanos podem ser construídos sentimentos de indignação e evocadas práticas de resistência diante de situações de opressão.

Seguindo a breve demonstração feita até aqui, observa-se a conexão feita por Habermas entre Direitos Humanos, democracia deliberativa, ação comunicativa e racionalização das relações sociais. É esta conexão, segundo Habermas, que permite equacionar e implementar ações que venham a solucionar os complexos problemas e conflitos inerentes ao contexto da globalização e da convivência multicultural, típicos do século XXI.

E se os problemas atuais são planetários, o enfrentamento deles exige a construção de organizações políticas internacionais democráticas, que permitam uma *governança supranacional*, alicerçada conceitualmente sobre uma *república mundial*, cujas decisões reconheçam a condição de *cidadania cosmopolita* de todas as pessoas, por buscarem legitimação nos Direitos Humanos.

E para atingir este objetivo, novas organizações supranacionais devem ser criadas. O modelo da Organização das Nações Unidas não serve para Habermas, por não se constituir num espaço de debate e de deliberação verdadeiramente democrático.

Habermas sugere a criação de formas de exercício de cidadania deliberativa, para o que devem ser estabelecidos lugares em que pessoas das mais diferentes vinculações culturais possam se encontrar para debater democraticamente acerca de um único desafio: “cidadãos livres e iguais devem se conceder quais direitos fundamentais, se quiserem regulamentar a sua vida em comum por meio do direito positivo?” (Habermas, 2001, p. 147). Para Habermas, em âmbitos assim constituídos, os discursos podem conduzir à formulação de um *sistema de direitos* e de uma vontade política racional, vinculados a uma concepção de *solidariedade cívica* ou de *patriotismo constitucional*, que são necessários à elaboração de complexas soluções para os complicados conflitos decorrentes da convivência num contexto de diversidade multicultural.

Ao mesmo tempo em que os discursos proferidos em espaços destinados à ação comunicativa se constituem no exercício efetivo da soberania, eles também produzem concepções intersubjetivas de direitos fundamentais sobre as quais se torna possível reconstruir a legitimidade dos Direitos Humanos na condição de serem afirmados como direitos fundamentais universais, superando a conotação de *direitos ocidentais* que pesa sobre eles.

E tendo em conta a diversidade como característica a ser mantida nas novas sociedades, sem que ocorra a reconstrução da pretensão de validade universal dos Direitos Humanos, muito dificilmente os diferentes modos de vida poderiam ser afirmados e reconhecidos como legítimos no interior de uma mesma coletividade. Na ausência de uma referência que permita substituir as formas de solidariedade de base étnicas pela solidariedade cívica, não há como produzir as categorias conceituais exigidas para fundamentar a atitude de reconhecimento diante das diversas

formas de vida possíveis numa situação de convivência multicultural. Isto porque a solidariedade sustentada em fatores étnicos incide sobre a homogeneização de padrões estéticos e conceituais, criando identidades pessoais que se reconhecem reciprocamente como válidas apenas na condição de serem pertencentes a um mesmo conjunto de referências.

Resultados e discussão

Em termos quantitativos, ao longo dos oito anos de sua realização, o Projeto do Fórum de Discussão Estudantil atingiu um público estimado de 30 professores do ensino médio das áreas de Sociologia, História, Geografia e Filosofia. Quanto aos estudantes, quando adicionadas as mini-simulações feitas nas escolas às simulações do promovidas no FDE, calcula-se que algo em torno de 800 deles tenham sido colocados em contato com as simulações, desde o início do Projeto. E no que se refere aos alunos da graduação do curso de Relações Internacionais, cada edição do FDE demanda a dedicação de 25 a 30 deles.

As avaliações feitas ao final de cada edição do FDE permitem verificar que os ganhos de aprendizagem e aquisição de competências mediante as simulações são muitos, e igualmente compartilhados entre os alunos de graduação e pós-graduação, os professores e alunos do ensino médio envolvidos no projeto. Os depoimentos dos participantes, a observação das delegações e a análise dos argumentos utilizados nos debates demonstram que as simulações constituem-se, de fato, em oportunidades adequadas para a aprendizagem em suas várias dimensões, desde a compreensão de conteúdos da área de ciências humanas, chegando aos ganhos referentes ao desenvolvimento moral e da capacidade argumentativa, ambos necessários para atuação em situações de cooperação. Somam-se ainda a isto tudo, os desenvolvimentos cognitivos e práticos decorrentes da experiência democrática na solução pacífica de conflitos, utilizando a referência dos Direitos Humanos; experiência de conhecimento esta que não se restringe às conceituações e exposições típicas das atividades de ensino passivas convencionais, e que é vivenciada por todos os participantes nas simulações realizadas.

Conclusões

Em que pese os bons resultados obtidos, o modelo e a metodologia das simulações vem sendo aperfeiçoados a partir das referências teóricas que sustentam o Projeto, o que aumenta gradativamente o potencial de geração de desenvolvimento dos participantes envolvidos, sejam eles professores e alunos do ensino médio, ou estudantes da graduação de Relações Internacionais.

Desta forma, após cada novo ciclo de realização do FDE, reafirma-se o pressuposto de que as simulações, na forma como são realizadas, podem ser consideradas como ótimas oportunidades para promover situações de aprendizagem significativa, que não se restringe ao domínio de conteúdos disciplinares nas áreas de Sociologia, Geografia, História e Filosofia, típicos do ensino médio.

A experiência na realização do FDE permite concluir que, para além do domínio de conteúdos, por exigência de produzir argumentos suficientemente convincentes para defender pontos de vista e posicionamentos políticos nos debates provocados pelas simulações, os participantes evocam e lançam mão de todos os conhecimentos disponíveis a eles naquele momento. Isto ocorre porque as simulações exigem dos participantes a capacidade de raciocinar em diferentes perspectivas, obrigando-os a descentrarem-se das próprias opiniões e preferências ideológicas, para que consigam se colocar *no lugar do outro* e, assim, formular argumentos para defender pontos de vista de outras pessoas, que não são os seus mesmos.

A descentração, por sua vez, proporciona aos participantes que compreendam visões de mundo e modos de vida diferentes dos seus próprios, do que advém o aprendizado da atitude de respeito tão necessária para a convivência num contexto de diversidade étnica e social, e que consiste numa formação cada vez mais demandada ao ensino formal, em todos os níveis, atualmente.

Enfim, por se constituir numa situação de aplicação de conhecimentos disponíveis, como é o caso das simulações realizadas pelo GEO, os participantes do FDE conseguem observar os limites e possibilidades das teorias quando utilizadas para resolver problemas práticos. De outra forma, a identificação dos limites das teorias disponíveis força os participantes a buscarem outros conhecimentos para equacionar e tentar superar a problemática proposta. Agindo assim, para além da exigência de descentração, os participantes são levados a questionar-se a si mesmos sobre a validade cognitiva e aplicativa de suas próprias crenças e preferências ideológicas, o que os leva a um nível de crítica mais complexo, que se alcança por meio do pensamento que se volta contra si mesmo. Atingido este nível de crítica, os participantes das simulações conseguem identificar e formular propostas de tratamento e superação inovadoras dos problemas existentes, que sejam dirigidas, sobretudo, ao horizonte da diversidade, da cooperação e da emancipação social.

Referências

ALVES, M. A. S. *A argumentação filosófica: Chaim Perelman e o Auditório Universal*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

- ANDRADE, Matheus Abreu Lopes de Andrade. *O desafio do Ensino Jurídico: um estudo da História do Direito em apontamento*. Revista EMERJ, v.17, n.66, pp. 187-195, Rio de Janeiro, Set-Dez. 2014.
- JR, D. F. Melhorn. *A Moot Court Exercise. Debating Judicial Review Prior To Marbury V. Madison*, Ohio, 1995.
- BERBEL, N. A. N. *A Problematização Baseada em Problemas: Diferentes Termos ou Diferentes Caminhos?* Comunicação, Saúde, Educação, v.2, n2, 1998.
- DEWEY, J. *Democracia e educação*. São Paulo: Ática, 2007.
- _____. *Experiência e educação*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1971.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- _____. *Ação cultural para a liberdade*. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- FILHO, RIBEIRO. *Inovando no Ensino de Administração: uma experiência com a Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL)*. Rio de Janeiro: Edição Especial EPQ. 2008.
- GOMES, BRINO, AQUILANTE, AVÓ. *Aprendizagem Baseada em Problemas na formação médica e o Currículo Tradicional de Medicina: uma revisão Bibliográfica*. Ver. Bras. Educ. Med. Vol.33. Rio de Janeiro Julho/Set. 2009.
- Habermas. J. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- _____. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- _____. *Teoria de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*. Madrid: Cátedra, 1989.
- _____. *Direito e Democracia. Entre Facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997a, vol. I.
- _____. *Direito e Democracia. Entre Facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997b, vol. II.
- _____. *A constelação pós-nacional*. São Paulo : Littera Mundi, 2001.
- _____. *A inclusão do outro*. São Paulo : Loyola, 2002.
- OLIVEIRA, S. N. O. *Simulação Clínica com Participação de Atores no Ensino da Consulta de Enfermagem: uma pesquisa-ação*. Florianópolis, 2014.
- SICA, L. P. P. *Avaliação em Role-Play no Contexto do Ensino do Direito*. Revista Sobre Enseñanza Del Derecho, ano 9, Número 18, pp. 77- 103. Buenos Aires, 2011.